

## PREFÁCIO

Este livro foi perspectivado para compor uma coletânea de pesquisas acadêmicas sobre “Práticas educativas, exclusão e resistência”, idealizada pelo Núcleo de História e Memória da Educação (NHIME), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), que objetivou divulgar estudos científicos que possuíam a congruência de investigar, em uma perspectiva histórica e multidisciplinar, questões imbricadas com violência, discriminação, educação e o sistema sociopolítico relacionado às nuances que suscitam essas temáticas.

Os organizadores da obra compilaram oito capítulos, previamente selecionados, que trazem à baila reflexões acerca de práticas educativas e movimentos de resistência à exclusão social. Com cerne de problematizar as privações/punições vivenciadas por algumas minorias sociais, o intuito não foi oferecer respostas aos problemas suscitados, mas fazer emergir a inquietação motivadora da pesquisa, para que novos estudos e debates possam ser desenvolvidos proporcionando visibilidade à temáticas pertinentes que não se encontram no centro das discussões políticas atuais.

O primeiro capítulo intitulado “O Ato de Punir e a Educação” de autoria do professor doutor Rui Martinho Rodrigues examina as sanções legais que abrangem as punições de natureza penal, administrativa e pedagógica. Rodrigues tece uma discussão que envolve: a necessidade, a oportunidade e a conveniência das medidas sancionadoras em face de algumas condutas; o alcance da imputabilidade necessária ao enquadramento em tais sanções; a legitimidade da prerrogativa tanto de definir sanções como de aplicá-las ao caso concreto; as condutas que devem ser sancionadas; e ainda em que medida ou como devem ser executadas as punições. Salienta que a pu-

nição na educação, em sentido estrito, não difere radicalmente da ideia de punição no âmbito administrativo, penal ou social.

O segundo capítulo denominado “A Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade: Para que Estudar História?” elaborado por Jacqueline de Sousa Alves e Ercília Maria Braga de Olinda disserta acerca de um estudo de caso realizado em instituição de internação para cumprimento de medida socioeducativa. Relata uma reflexão sobre a práxis pedagógica na Educação de Jovens e Adultos no que concerne ao ensino de História e seu significado para os adolescentes. As autoras sustentam o argumento de é necessário um trabalho pedagógico, em sala de aula, que promova o desenvolvimento do processo de compreensão e as habilidades dos educandos, logo, o ensino de História deve voltar-se para a discussão e compreensão do momento histórico em que vive o educando no presente, utilizando o passado para perceber como cada sociedade pensou os diversos temas que podem ser abordados em uma aula de História.

O terceiro capítulo, “Narrativas de Jovens em Conflito com a Lei Institucionalizados Acerca de Violências Sofridas na Socioeducação”, desenvolvido pelos professores doutores Lia Machado Fiuza Fialho, Charliton José dos Santos Machado e José Álbio Moreira de Sales, possui o escopo de trazer à tona relatos narrativos de jovem em conflito com a lei acerca das experiências de violências físicas vivenciadas ao longo do processo de socioeducação. Ao analisar as memórias na perspectiva dos jovens, questionando a viabilidade de ações contingentes violentas na efetivação da socioduação, constata-se que a violência é atitude amplamente difundida e utilizada pelos policiais militares e orientadores das instituições de privação de liberdade para repreender os jovens que se comportam de maneira indesejada. A agressão física sofrida durante o perí-



odo de socioeducação se configurou um quesito de grande dimensão no discurso dos jovens institucionalizados e suscitou interferência na resignificação das condutas antissociais e na internalização de valores morais consoantes com aqueles normatizados pela sociedade, pois despertava sentimentos negativos de insegurança, medo, revolta, vingança, dentre outros.

O quarto capítulo, intitulado “Uso do Crack: Implicações nos Aspectos Socioculturais da Contemporaneidade”, foi escrito pelas pesquisadoras Tereza Maria da Silva Ferreira e Lourdes Rafaella Santos Florencio que se debruçaram sobre a problemática da drogadição, não a limitando apenas como um problema social, mas desenvolvendo uma análise do processo social, que engloba práticas historicamente construídas. O ensaio busca fomentar uma reflexão no tocante a carga simbólica e as práticas educativas presente no processo de drogadição, em uma perspectiva de práticas educativas, onde o sujeito encontra estímulos diversos como: diversão, escape, compulsividade, entre outros. A análise com epicentro de desvelar como este fenômeno está relacionado às diferentes práticas educativas e expressões de questões culturais biografa Cleber Bessa Guerra, tecendo implicações antropológicas no que se refere às concepções de homem que esse dependente de crack está imbuído e nas varias formas de linguagem como elemento essencial na reflexão e construção de si.

O quinto capítulo redigido por Sammia Castro Silva e José Gerardo Vasconcelos, “Marginalização e Heroicidade do Jogador de Capoeira no Século XIX”, objetiva relatar as circunstâncias que levaram tanto à marginalização da capoeira como a construção mítica de heróis capoeiristas. Baseando-se nos dados coletados das investigações sobre a história da capoeira no Ceará, onde grandes nomes da capoeira cearense relatam várias dificuldades na implantação dessa manifesta-

ção cultural em ambientes de ensino, defendeu-se a tese de que o motivo para uma parcela da população continuar a expor receio em relação a essa prática se deve ao fato de que a capoeira foi popularizada pelos negros e proibida pelo código criminal do país. Ressalta-se que o misto da marginalidade e da heroicidade ainda é presente no imaginário popular, bem como a questão da possibilidade de aplicação ou não da capoeira dentro das instituições formais de ensino.

O sexto capítulo, “Práticas Educativas Digitais: uma Discussão sobre os Crimes Virtuais”, foi resultado de uma construção conjunta de Karla Colares Vasconcelos, Bruna Germana Nunes Mota, Larisse Barreira de Macêdo Santiago e José Rogério Santana. A pesquisa propôs uma discussão acerca dos crimes que vem acometendo o mundo virtual, possibilitando uma reflexão sobre o tema abordado a fim de incentivar a adoção de novas posturas nos internautas mediante a ação de práticas educativas. O ensaio concebe que o uso da Internet já faz parte do cotidiano e que sua utilização envolve muitos benefícios, mas ressalta que alguns criminosos se utilizam desse espaço para obter vantagens gerando os crimes virtuais. Explicita que por detrás do aparente anonimato que a rede mundial de computadores proporciona, aliado ao pouco conhecimento da legislação pertinente ao assunto, os delitos aumentam consideravelmente nos últimos anos; exigindo da população medidas preventivas contra os criminosos virtuais.

O sétimo capítulo, “Violência e Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar: Desafios e Dilemas Atuais”, escrito por Júlio César Cândido Correia, Antonio Roberto Xavier e Luciana Kellen de Souza Gomes centra foco no debate sobre as diversas formas de violência nos ambientes formais de educação. Em especial, discute o *bullying* escolar, um dos temas que vem despertando, na atualidade, cada vez mais, o interes-

se de profissionais das áreas de educação e saúde, em todo o mundo. E salienta que a educação tem um importante papel a desempenhar no que se refere à resolução de conflitos, pois por intermédio dela a sociedade poderá construir ferramentas para compreender seus dilemas como parte do desenvolvimento humano, bem como, aprender a solucioná-los de forma não violenta.

O oitavo, mas não menos importante, capítulo, “A Lei nº 2040 e os Projetos que a Resultaram”, elaborado pelo doutor Carlos Rafael Vieira Caxile debate questões pertinentes vinculadas à lei de número 2.040, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Ao compreender que esse mecanismo jurídico foi fruto de um demorado e controverso processo de discussão política, procura – a partir dos embates parlamentares, jurídicos, discursos e discussões parlamentares – captar as experiências sociais do sistema escravista vivenciado por senhores e escravos, relacionando-o aos projetos de encaminhamento da abolição e de uma sociedade livre.

O presente livro, *Práticas Educativas, Exclusão e Resistência*, deseja contribuir com o debate teórico sobre práticas educativas em contextos de exclusão e espera que os textos aqui reunidos possam ser úteis aos leitores, para ampliação da compreensão sobre as temáticas escolhidas. Almeja, também, que traga contribuições na análise das pesquisas e estimule novas investigações, lançando luz a questões por vezes invisibilizadas no cerne do dinamismo social.

Fortaleza, 03 de outubro de 2013.

*Lia Machado Fiuza Fialho*

Professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE